



# A HISTÓRIA DE UMA EPIDEMIA: A "HESPANHOLA" EM PORTO ALEGRE, 1918

## THE HISTORY OF AN EPIDEMIC: THE "HESPANHOLA" IN PORTO ALEGRE, 1918

**Janete Abrão**

Doutora em História Contemporânea.  
Professora do Departamento de História e do Programa de  
Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Correspondência:  
Pontifícia Universidade Católica  
Programa de Pós-Graduação em História  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 3 - Sala 103  
CEP 90619-900 - Porto Alegre - RS  
E-mail: janete.abrao@gmail.com

### RESUMO

Este estudo se propõe, através de um diálogo entre História e Medicina, analisar a trajetória da gripe epidêmica e suas implicações na economia, na política, nos conhecimentos médicos, nas atividades cotidianas, nos comportamentos coletivos da época e nas condições sanitárias em que vivia a população de Porto Alegre em 1918.

### PALAVRAS-CHAVE

Influenza humana. Saúde pública/história. Porto Alegre.

### ABSTRACT

This study is intended at analyzing, through a dialogue between History and Medicine, the trajectory of the epidemic influenza and its implications on the economy, on politics, on the medical knowledge, on the daily activities, on the collective behaviors of that time and the sanitary conditions in which the population of Porto Alegre lived in 1918.

### KEY WORDS

Influenza, human. Public health/history. Porto Alegre.

*Peste de Dakar, Influenza Hespanhola, Latizago, Gripe Moderna, Moléstia Reinante* eram algumas das designações referentes à enfermidade que assolou o mundo em 1918. Devido ao horror que todos os países lhe tinham, em geral atribuíam a ela uma origem estrangeira. Assim, na Rússia chamavam-na *Febre Siberiana* e na Sibéria de *Febre Chinesa*; na França era *Catarro Espanhol*, ao passo que na Espanha foi batizada com o nome de *Febre Russa*. (REVISTA MÁSCARA, 1918).

De todas as denominações, a que ficou mais popularizada foi a de Influenza Hespanhola, nome que se deve à prerrogativa enganosa de que na Espanha tenha ocorrido o maior número de vítimas da epidemia. Contudo, registraram-se focos da doença tanto na China quanto nos Estados Unidos e na Europa em geral. Na época em que a pandemia terminou, em janeiro de 1919, calcula-se que haviam morrido cerca de 450 mil pessoas nos Estados Unidos, em menos de seis meses. Na Índia, 5 milhões. Na Inglaterra e País de Gales, os mortos chegaram a 200 mil, sendo que 10 mil casos de "Flanders Grippe" atingiram os soldados ingleses. Na França, aproximadamente 500 mil soldados foram acometidos da doença e 31 mil morreram. Na Espanha não escapou nem o próprio Afonso XIII. (BELL, 1978; HANNOU, 1982; A FEDERAÇÃO, 1918a).

Há, hoje, várias teorias sobre a origem dessa epidemia. Mas é provável que sua propagação e letalidade tenham sido influenciadas pela queda dos padrões sanitários e pelos efeitos da escassez alimentar decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

No Brasil, os primeiros casos foram registrados no Rio de Janeiro, em setembro de 1918. No início do mês de outubro a epidemia atingiu São Paulo com elevada virulência, assolando em seguida todo o país. Calcula-se em torno de 300

mil o total de mortes desencadeadas pela epidemia em todo o país, embora muitos casos não chegassem ao conhecimento das autoridades sanitárias. O mesmo pode-se dizer em relação ao número de enfermos (ABRÃO, 1998).

No Rio Grande do Sul, em 10 de outubro, a imprensa referia a chegada, no porto de Rio Grande, de trinta e oito tripulantes do vapor Itajubá, atacados pela *Influenza Hespanhola*. Casos iniciais também foram identificados na Estação Ferroviária de Marcelino Ramos, que ligava Marcelino Ramos, quase na fronteira com o Estado de Santa Catarina, com Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul. (ref.: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_marcelino-stamaria/fotos/mapa\\_sm-mr\\_40.jpg](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_marcelino-stamaria/fotos/mapa_sm-mr_40.jpg)). Extremamente contagiosa, a influenza alastrou-se no Estado nos últimos três meses de 1918. (ABRÃO, 1998, p. 62-63).

O número de óbitos no Rio Grande do Sul em 1918 atingiu a cifra de 30.219, com um excedente de 6.639 sobre o ano de 1917. Nos três últimos meses de 1918 faleceram ao todo 12.811 pessoas, sendo 2.142 no primeiro, 6.430 no segundo e 4.239 no último mês. Conforme o Relatório da Diretoria de Higiene do Rio Grande do Sul, o total de óbitos decorrentes da epidemia foi de 3.971. (RIO GRANDE DO SUL, 1919, p. 75). No ano faleceram no município de Porto Alegre 5.840 indivíduos. A zona urbana da cidade foi a mais atingida, com 4.292 óbitos. Foram 1316 os óbitos atribuídos à influenza. Entretanto, é provável que a mortalidade tenha sido maior. Devido à gravidade da conjuntura epidêmica, muitos óbitos provavelmente não foram notificados às autoridades sanitárias. Presume-se que pelo menos metade da população de Porto Alegre tenha sido simultaneamente atacada pela doença.<sup>1</sup>

Desde o início da epidemia, os jornais cha-

<sup>1</sup> O obituário no Rio Grande do Sul atingiu a cifra de 30.219 óbitos, com um excedente de 6.639 sobre o ano de 1917. Nos três últimos meses de 1918, faleceram ao todo 12.811 pessoas, sendo 2.142 no primeiro, 6.430 no segundo e 4.239 no último mês. No município de Porto Alegre, faleceram 5.840 indivíduos. A zona urbana da cidade foi a mais atingida, com 4.292 óbitos. Cabe lembrar que a população do município, naquela época, era de 192 mil habitantes. Cf. ABRÃO, 1998, p. 127.

mavam a atenção para a "perturbadora ação social" desencadeada por ela:

Sem dúvida que não é pelo seu poder mortífero que ela está causando alarma, mas, sim, pela desorganização de todos os serviços públicos e particulares. [...]. O pavor coletivo, o alarma social, se está tornando mais grave do que a própria epidemia. Alguns suicídios o demonstram. (A FEDERAÇÃO, 1918, p. 2; O INDEPENDENTE, 1918, p. 2)

O jornalista, cenógrafo e poeta José De Francesco, em suas memórias, descreve o temor e o consequente isolamento social instaurado pela doença:

[...] às forças me faltavam, sentei-me a beira da calçada, [...], assim quedei-me por muito tempo, as poucas pessoas que passavam olhavam-me, mas, temerosas do contágio, seguiam seu caminho sacudindo a cabeça, outros a abaixavam como se quisessem dizer: Deus me livre de tal epidemia ... era o temor da peste (DE FRANCESCO, 1961, p. 58).

A cada dia eram notificados, em todos os pontos da cidade, numerosos casos da *Influenza Espanhola*, notadamente nos arrabaldes. Segundo artigo do Dr. Mário Totta, publicado no *Correio do Povo*, em 23 de outubro,

a população [...] no empenho de se libertar da moléstia [...] vai lançando mão, sem conta nem medida, de quanto remédio surge por aí, com o rótulo de preservativo. Como resultado desses exageros, estão aparecendo, a cada instante, os casos de intoxicação medicamentosa e as perturbações da saúde, provocadas pelos remédios tomados sem o necessário discernimento [...], embarços gástricos originados pelo abuso de quinino [...], ainda surgem [...] as hemorragias nasais produzidas

pela introdução brutal, no nariz, de bolas de naftalina e outras substâncias irritantes. (CORREIO DO POVO, 1918b, p.4).

O grande número de afetados levou à desorganização dos serviços públicos e privados. A cidade sofreu com a falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade. O suprimento de leite foi um dos serviços mais prejudicados. Muitos distribuidores foram atingidos pela epidemia, e "há outros que por medo desta não vêm à cidade." (CORREIO DO POVO, 1918, p. 5).

Alguns comerciantes, por sua vez, estavam atentos às possibilidades de especulação propiciadas pela catástrofe. O limão, o quinino e o frango, artigos essenciais para o tratamento dos enfermos, atingiram preços exorbitantes. Devido ao abuso, a Intendência Municipal adotou o Tabelamento Obrigatório de Preços (ABRÃO, 1998, p. 107-108).

Durante o surto epidêmico, as preocupações iniciais com a doença em si e suas repercussões na comunidade deram lugar, de maneira quase imediata, a questionamentos sobre as responsabilidades do Estado com respeito à segurança da população. Em 29 de outubro, o *Correio do Povo* solicitou medidas enérgicas do governo do Estado para debelar o mal:

Pedimos, anteontem, que, como medida preventiva, fossem desinfetados os hotéis, casas de pensão, [...], casas de cômodos, enfim, todas as casas de habitação coletiva. Essa providência ainda não foi tomada, [...]. É necessário também que essas desinfecções se estendam aos casebres que abundam na cidade, a começar pelo Areal da Baronesa, onde todas as epidemias encontram campo franco para o seu desenvolvimento. [...]. Parece que a Administração Municipal faz garbo em não atender às reclamações do público e manter suja a cidade. Na época que atravessamos

não é possível tolerar tal coisa. [...]. É possível que o número de funcionários da Diretoria de Higiene seja exíguo para o momento atual. Se assim for, cumpre ao governo contratar médicos e demais funcionários para atender ao excesso de serviço. (CORREIO DO POVO, 1918c, p. 1).

A fim de conter a epidemia, o Presidente do Estado, Borges de Medeiros, dividiu a capital em 25 quarteirões sanitários e criou, em 30 de outubro, o Comissariado de Abastecimento e Socorros Alimentícios. Em novembro, a epidemia atingiu o seu ápice. Em 1º de novembro, foi emitido pelo Governo do Estado uma circular em que se determinava a censura policial às publicações referentes à *Hespanhola*. Em relação a esta medida, o historiador Sérgio da Costa Franco nos assevera que:

O pretexto da censura era evitar um clima de alarmismo e de apreensões, mas é evidente que ela [a censura] só poderia ter efeito contraproducente. Parece claro que o governo borgista sentiu-se atingido pelas críticas da imprensa, que hostilizavam as omissões das autoridades sanitárias. (FRANCO, 1981, p. 11).

No auge da crise foram criados postos de socorro provisórios em algumas escolas; as associações civis e militares ofereceram as suas sedes para serem transformadas em hospitais. Da mesma forma, o clero se pôs à disposição do Governo do Estado para auxiliar a população carente e enferma. Mas a *Hespanhola* continuou ditando suas regras e semeando o medo.

Devido à propagação da moléstia e ao aumento da mortalidade, a Santa Casa de Misericórdia encaminhou solicitação de pessoal para abrir sepulturas à Diretoria de Higiene, pois até mesmo seus coveiros encontravam-se acometidos pela doença. Foram designados para aquele serviço 16 sentenciados recolhidos à

Casa de Correção. A vala comum foi adotada para sepultar os mortos (CORREIO DO POVO, 1918, p. 1; SANTA CASA..., 1919, p.11).

O cotidiano da cidade modificou-se. Em 1º de novembro, o jornal *O Independente* (1918, p. 5.) descreve as condições em que se encontrava a capital:

A cidade tem, durante o dia, um aspecto doloroso e à noite este aumenta, tornando-se fúnebre [...], as casas de diversões fechadas, os cafés, os bares, tudo escuro, dando à capital a forma de uma cidade morta, sem vida [...], raro é o transeunte que anda [...], o êxodo das famílias já é notável, apresentando o centro da capital desolador aspecto.

A população ressentiu-se com a interrupção das atividades econômicas e sociais:

[...] pena que esta epidemia tenha suspenso o footing, [reclama uma leitora da Revista *Máscara*, e prossegue:] que horror ter a gente de ficar em casa o dia todo! Aborreço-me tanto... O piano já me entedia, e estou sem nenhum livro. [...] Quando acabará isto, santo Deus?! (REVISTA MÁSCARA, 1918).

Somente em princípios de dezembro a epidemia começou a declinar. Pouco a pouco a cidade foi retomando a feição dos dias normais. Os cafés, os cinemas e lojas abriram suas portas. O footing voltou a animar as tardes da Rua da Praia. Permaneceram, no entanto, na memória coletiva, os dias de pavor e as lembranças dos dias insólitos em que a gripe epidêmica comandou o ritmo da cidade.

Analisando a trajetória da epidemia em Porto Alegre, pode-se afirmar que o impacto da Gripe Espanhola de 1918 na cidade foi, em boa parte, resultado da precariedade das condições sanitárias que prevaleciam na capital do Estado, assim como nas demais capitais brasi-

leiras. A epidemia teria sido favorecida pelas repercussões econômicas, sociais e sanitárias da deflagração européia no país, assim como pela condução das políticas sociais e econômicas pelos governos da União e do Estado. O contexto nacional naquele período foi marcado por uma elevação geral do custo de vida, pelo desemprego e pela escassez de gêneros no mercado interno. Diante das graves carências alimentares, habitacionais e sanitárias, deterioraram-se ainda mais as condições de saúde da população. A *Hespanhola* encontrou terreno propício para o seu desenvolvimento, na conjuntura sanitária crítica que se afigurou.

A infraestrutura das cidades estava defasada em relação ao avanço das forças produtivas e do crescente contingente populacional que abrigavam. Grande parte dos incipientes serviços de infra-estrutura e os serviços de assistência médica não estava ao alcance dos mais pobres, uma significativa parcela da população. Em 1918, a cidade de Porto Alegre dispunha de seis estabelecimentos, entre instituições oficiais e particulares, para atender uma população de 163.500 habitantes. A ampliação da rede de esgotos, o abastecimento e tratamento da água, o recolhimento de lixo, bem como a assistência pública não eram prioridades na agenda política estadual e municipal. Somam-se a estes fatores a divisão dos serviços de higiene e de saúde pública entre o Estado e suas municipalidades, imposta pela Lei nº 19 de 1897, e o reduzido número de funcionários que serviam aos órgãos de saúde pública. Em 1918, o funcionalismo estadual contava com 4.732 pessoas. Na área da saúde este número era de 56 indivíduos, um dos menores quadros de funcionários dentre todas as esferas governamentais.<sup>2</sup> Fruto desta si-

tuação eram os elevados coeficientes de mortalidade por doenças transmissíveis, as altas taxas de mortalidade infantil, tanto quanto, em 1918, o número considerável de pessoas que faleceram sem assistência médica. O Registro de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia, mostra que, naquele ano, de 2.420 óbitos pesquisados, 733 (30%) decorreram da Gripe Espanhola. E que 330 óbitos ocorreram sem assistência médica.

A nível nacional, os desafios sanitários eram conduzidos, literalmente, "*sob o signo do imprevisto*". Ou seja, somente após o aparecimento de epidemias e da constituição de endemias que ameaçavam os principais centros urbanos é que as autoridades governamentais adotavam medidas emergenciais para o controle das doenças. Medidas tardias, conseqüentemente, tíbias e ineficazes.

No Rio Grande do Sul, o governo estadual afirmava, desde o início da manifestação epidêmica, que a epidemia de gripe desenvolvia-se de forma gradual e que medidas seriam postas em prática conforme as necessidades surgissem. No entanto, a marcha da epidemia desmentiu tal idealização do quadro epidêmico e dos serviços oficiais de saúde. A epidemia propagou-se rapidamente e medidas profiláticas foram improvisadas tardiamente pelos poderes públicos. Nos 57 dias em que a epidemia assolou Porto Alegre, ficaram demonstradas a incapacidade do Estado e a do Município para debelar ou reduzir os efeitos funestos da epidemia.

Ainda cabe ressaltar que a gripe epidêmica não só deu transparência e aprofundou o contexto de crise sanitária em que vivia a população de Porto Alegre, como também explicitou a configuração e os limites dos conhe-

<sup>2</sup> Em 1918, o funcionalismo estadual contava com 4.732 pessoas. Na área da saúde este número era de 56 indivíduos, um dos menores quadros de funcionários dentre todas as esferas governamentais. Cf. RIO GRANDE DO SUL, 1922a, p. 190-200. No Registro de Óbitos da Santa Casa de Misericórdia, evidenciou-se que, em 1918, 733 indivíduos, ou 30,3% dos 2.420 óbitos pesquisados, faleceram em decorrência da Gripe Espanhola. Sob a rubrica sem assistência médica alcançou-se a cifra de 330 pessoas ou 13,7% dos óbitos. Cf. SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE, 1918.

cimentos médicos na época. Não obstante o desenvolvimento da bacteriologia e descobertas com relação à etiologia de algumas doenças, escassas eram as noções que a medicina do período tinha a respeito da infecção gripal. Desde as primeiras notícias divulgadas pela imprensa no país, pairavam dúvidas quanto à etiologia da gripe. A condição era considerada uma moléstia "ainda não bem classificada" (A FEDERAÇÃO, 1918, p. 7). Cogitava-se até a possibilidade de a epidemia dever-se a outra enfermidade. Não raro, confundiam-na com o tifo.

Até hoje está a medicina embaraçada para explicar o aparecimento dessa enfermidade que surgiu assim, de uma hora para outra, com tão grande poder de contágio e tão variável em seus efeitos", lê-se no jornal (CORREIO DO POVO, 1918a, p. 4).

Como na época não havia uma tecnologia laboratorial sofisticada para a realização de um diagnóstico preciso da gripe, a comunidade médica concentrava seus esforços na definição dos traços característicos da doença. Ou seja, a partir dos sintomas e sinais observados, identificava-se a moléstia (fazia-se o diagnóstico) e, a partir daí, aplicava-se a terapêutica que se julgava ser a mais apropriada. Ademais, a terapêutica adotada pelos clínicos pouco se diferenciava dos tratamentos empregados no século XIX. Purgantes, chás e derivados de quinino mesclavam-se a aspirinas e outras substâncias nas prescrições médicas.<sup>3</sup> Os clínicos depararam-se ainda com os poucos recursos disponíveis para o tratamento dos enfermos, com a falta de remédios, de transporte para a condução dos doentes, de acomodações adequadas e de soluções a serem dadas à doença.

Autoridades administrativas e sanitárias, em suma, encontraram-se impotentes, em 1918, diante dos desafios impostos pela *Hespanhola*.

## REFERÊNCIAS

- ABRÃO, Janete. **Banalização da morte na cidade calada: a hespanhola em Porto Alegre**, 1918. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.
- A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 16 de outubro de 1918a, p. 2-3.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 19 de outubro de 1918b, p. 7.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 25 de outubro de 1918c, p. 2.
- BELL, Joseph A. Gripe ou Influenza. In: SARTWELL, Maxcy-Roseneau. **Medicina preventiva e saúde pública**. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978, p. 200-216. v.1;
- CORREIO DO POVO, Porto Alegre, 27 de setembro de 1918a, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 23 de outubro de 1918b, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 29 de outubro de 1918c, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 5 de novembro 1918d, p. 5.
- \_\_\_\_\_. Porto Alegre, 8 de novembro de 1918e, p. 1.
- DE FRANCESCO, José. **Reminiscências de um artista**. Porto Alegre: [s.n.], 1961, p. 58.
- FRANCO, Sérgio da Costa. As grandes epidemias do Rio Grande do Sul. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 29 de agosto 1981. Caderno Letras & Livros, p. 11.
- HANNOU, C. La gripe. In: ENCYCLOPÉDIE médico-chirurgicale: maladies infectieuses. Paris: [s.n.], 1982, p.1-3;
- O INDEPENDENTE, Porto Alegre, 30 de outubro de 1918, p. 2.
- REVISTA MÁSCARA, Porto Alegre, n. 39, 9 de novembro de 1918, [s.p.].
- RIO GRANDE DO SUL. Repartição de Estatística. **Anuário estatístico do Estado do Rio Grande do Sul**: estatística da administração (1908-1922) - saúde pública do Estado - vencimentos mensais e núme-

<sup>3</sup> Segundo o saber médico da época, as infusões de chás quentes fariam com que a doença fosse mais facilmente expelida pelo organismo, através dos suadouros. Essa é mais uma prática médica que remonta aos inícios do século XIX. A popularidade desta prática foi tamanha que adentrou o século seguinte. Cf. ABRÃO, 1998, p.86.

ro de funcionários. Porto Alegre, A Federação, 1922a, p. 190-200.

\_\_\_\_\_. **Anuário estatístico:** estatística da administração (1908-1922) - saúde pública do Estado - vencimentos mensais e número de funcionários. Porto Alegre, A Federação, 1922b, p. 190-200.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria dos Negócios do Interior e Exterior. **Relatório da Diretoria de Higiene do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre, A Federação, 30 agosto de 1919, p. 75.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE. **Livro de óbitos n. 29.** Porto Alegre, 16 de agosto de 1917 a 15 de julho de 1918.

\_\_\_\_\_. **Relatório da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre:** apresentado pelo provedor Dr. Dioclécio S. Pereira da Silva. Porto Alegre, 1 de janeiro de 1919, p.11.

Recebido em: 06/01/2009

Aprovado em: 26/01/2006

